

A educação especial na formação do pedagogo da classe hospitalar: uma questão a ser discutida

Sheila Maria Mazer*
Lúcia Maria Santos Tinós**

Resumo

O presente estudo tem como objetivo discutir se é necessária a formação em Educação Especial, como aponta a legislação, para a atuação do pedagogo na Classe Hospitalar. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa de fundamentação fenomenológica, que buscou, por meio de entrevistas com duas professoras que atuam em Classe Hospitalar, analisar e discutir a pertinência ou não da formação em Educação Especial na atuação profissional do pedagogo no hospital. Formar-se professor de Classe Hospitalar parece ser um aprendizado que vai muito além dos ensinamentos adquiridos na graduação em Pedagogia e nas antigas habilitações em Educação Especial, hoje extintas, sendo que a formação continuada deve encontrar-se presente para e na atuação do professor da Classe Hospitalar. O estudo mostrou que há a necessidade de mais pesquisas referentes à formação de professores para atuação em Classe Hospitalar.

Palavras-chave: Classe Hospitalar; Formação de professores; Educação Especial.

Training in special education in the performance of pedagogy in class hospital: a question to be discussed

Abstract

This study aims to discuss whether you need training in Special Education, as reported in the legislation for the work of teachers in Class Hospital. To this end, we performed a qualitative study of a phenomenological framework which sought, through interviews with two teachers who work in Hospital class, analyze and discuss the relevance of such training in Special Education in the professional role of educator in the hospital. Graduate teacher Class Hospital seems to be a learning experience that goes far beyond the lessons learned in graduate degrees in education and in the old qualifications in Special Education, now extinct, and continued education must be present and acting professor of Hospital class. The study showed that there is a need for more research regarding teacher training for operations in Class Hospital.

Keywords: Class Hospital; Teacher training; Special Education.

* Psicóloga e pedagoga. Mestre em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP). Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (PPGEEs/UFSCar), São Paulo, Brasil.

** Pedagoga. Mestre e Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (PPGEEs/UFSCar). Educadora do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP), São Paulo, Brasil.

Introdução

Pesquisas recentes demonstram a necessidade de investigações sobre o serviço educacional que compreende a Classe Hospitalar e a formação do profissional que atua nessa área. A importância do trabalho do Pedagogo em Classe Hospitalar vem sendo abordada em diversos estudos, embora a literatura sobre formação do professor para atuação em Classe Hospitalar seja bastante escassa (MENEZES, 2004; MAZER, 2009).

A Classe Hospitalar pode ser descrita como alternativa de atendimento educacional especializado, ministrado aos alunos com necessidades educacionais especiais temporárias ou permanentes, em razão de tratamento de saúde, que implique prolongada internação hospitalar e impossibilite-os de frequentar a escola (BRASIL, 2001a, 2002). Por ser um serviço de apoio pedagógico especializado ao atender as necessidades educacionais especiais do alunopaciente (ASSIS, 2009), a Classe Hospitalar se inclui na Educação Especial, definida em uma proposta pedagógica que assegura recursos e serviços educacionais especiais (BRASIL, 2001a).

Dessa forma, consideram-se as crianças hospitalizadas como educandos com necessidades educacionais especiais, pois a dificuldade no acompanhamento do processo educacional se dá pela doença e/ou condição de internação, mesmo que esta se configure em caráter provisório. As crianças hospitalizadas formam um grupo heterogêneo de alunos com necessidades psicológicas, médicas, sociais e educacionais diferentes de crianças de uma classe comum do ensino regular, e diferentes de crianças com deficiências (GONZÁLEZ; GONZÁLEZ, 2007).

Neste contexto, a atuação do professor no hospital remete à Pedagogia Hospitalar, que se situa no corpo teórico da Educação Especial, e que define como suas principais ações as atividades de Classes Hospitalares e atendimento domiciliar para crianças e adolescentes em tratamento de saúde (MENEZES, 2004; GONZÁLEZ; GONZALÉZ, 2007; BERGAMO; SILVA; MOREIRA, 2008).

A Pedagogia Hospitalar leva aos hospitais a necessidade de uma práxis pedagógica, o que confirma a existência de um saber voltado ao atendimento de crianças e adolescentes hospitalizados envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Na Classe Hospitalar, o pedagogo faz a mediação das relações entre a escola e o aluno internado, dando continuidade aos conteúdos escolares e proporcionando condições de qualidade de vida, desenvolvimento cognitivo e sua completa integração social (GONZÁLEZ; GONZALÉZ, 2007; BERGAMO; SILVA; MOREIRA, 2008).

O Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2001a) aponta que o trabalho em Classe Hospitalar deva ser desenvolvido por pedagogos com habilitação em Educação Especial. Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2002), o professor que atua nas Classes Hospitalares deverá ter formação peda-

gógica preferencialmente em Educação Especial ou em cursos de Pedagogia ou licenciaturas e ter conhecimento sobre as doenças e as condições biopsicossociais vivenciadas pelos alunos hospitalizados.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN 9394/96 (BRASIL, 2006), inciso III do artigo 59, os sistemas de ensino deverão assegurar que o trabalho na Educação Especial, na qual a Classe Hospitalar se inclui, contará com professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Embora a lei não especifique a diferença na atuação do professor capacitado e do professor especializado, é possível tecer algumas interpretações, tendo em vista o momento histórico em que a referida lei foi homologada. Em 1996, a formação de professores para atuação em Educação Especial privilegiava a formação nas habilitações após a graduação. Segundo Souza (2005), havia um grande número de habilitações nos cursos de Pedagogia, no período que compreendia 1959 a 2004, sendo que os graduandos deveriam optar por uma das áreas de atuação, seja “Magistério nas séries iniciais” ou, ainda, “Educação Especial”, dentre outras possibilidades.

Nesse contexto, para atuação em Educação Especial, era possível encontrar o professor habilitado que se especializou após a graduação, e aquele professor que buscou o conhecimento a partir de uma necessidade vivenciada em sua prática pedagógica. Estes últimos poderiam ser considerados professores capacitados, atuantes no ensino regular, que seriam responsáveis pela integração do aluno com necessidades especiais. Já o professor especializado seria aquele que prestaria um atendimento voltado à necessidade especial do aluno.

Paula (2004) afirma que, embora o MEC enfatize a necessidade de o professor de Classe Hospitalar ter formação em Pedagogia com habilitação em Educação Especial, nem sempre este profissional especializado seria encontrado no mercado de trabalho. Uma das hipóteses consideradas está no fato de que as habilitações relacionadas à Educação Especial nos cursos de Pedagogia, pelo menos no Estado de São Paulo, até 2004, representavam apenas 10% do total de cursos, de acordo com Souza (2005).

Sendo assim, não seria garantia que as diferentes habilitações de um curso de graduação em Pedagogia compartilhassem um núcleo comum de disciplinas e atividades. Um fato que poderia acontecer é o graduando que optava pela habilitação em “Administração Escolar” não ter formação adequada sobre Educação Especial. Assim, as habilitações especializavam o professor em determinada área do conhecimento pedagógico, mas não o formava para a diversidade de campos de atuação possíveis. A escolha por uma habilitação excluía o acesso ao conhecimento de outra.

Com a extinção das habilitações a partir da Resolução CNE/CP n. 1/2006 (BRASIL, 2006), que instituiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia, a formação do Pedagogo tornou-se generalista, pautando-se na docência, na gestão e na pesquisa de forma integrada. Antes disso, já havia uma escassez da habilitação em Educação Especial oferecida em cursos de graduação. E, atualmente, a pouca oferta de habilitações em Educação Especial somada à extinção das habilitações, resulta em um quadro reduzido de professores especializados, na sua formação inicial, para atuar em Educação Especial, portanto em Classe Hospitalar, segundo a exigência legislativa (BRASIL, 2002).

Diante da realidade apresentada em relação aos cursos de Pedagogia, colocam-se algumas questões: O professor capacitado ou especializado, como preconiza a legislação, para o trabalho com Educação Especial, teria sua formação garantida apenas com a formação inicial na graduação? A habilitação em Educação Especial dava conta da demanda da Classe Hospitalar? Com a extinção das habilitações, como fica garantida a formação em Educação Especial requerida pela legislação?

Barros e Santos (2008) afirmam que falta preparação para os professores ingressarem na realidade hospitalar, o que é um fator que concorre negativamente para a permanência ou mesmo desempenho satisfatório de professores nesse espaço. Profissionais com formação exclusivamente na área da educação, ainda que na Educação Especial, dificilmente conseguem agregar o caráter multidisciplinar dos conhecimentos necessários para um bom trabalho num ambiente de ensino-aprendizagem tão heterodoxo como o de um hospital.

Ainda, as autoras observaram, em pesquisa realizada com professores em um curso de formação para o trabalho pedagógico com crianças hospitalizadas, que os professores de Educação Especial não alcançam a magnitude e a complexidade do que pode significar uma hospitalização para as crianças. Além disso, há um desconhecimento por parte dos professores acerca do potencial de aprendizagem do alunado na condição de doença, bem como dos modos apropriados de identificar as necessidades educativas e realizar o acompanhamento escolar no hospital (BARROS; SANTOS, 2008).

De acordo com Capellini e Rodrigues (2009), a formação atual dos professores não tem contribuído para que os alunos com necessidades educacionais especiais se desenvolvam e tenham sucesso na escola. E podemos pensar que isso pode acontecer também na Classe Hospitalar.

O Plano Nacional de Educação – Educação Especial (BRASIL, 2001b), contempla uma preocupação com a formação de professores para atuação em Educação Especial, em seus objetivos e metas, e propõe incluir, nos currículos de formação de professores, nos níveis médio e superior, conteúdos e disciplinas específicas para a capacitação ao atendimento dos alunos especiais. Vale ressaltarmos que, anteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (BRASIL,

1996) já colocava como exigência para o professor a capacitação em Educação Especial.

No entanto, o que ocorre, na realidade, é que muitos dos cursos superiores, nessa área de competência, não incluem disciplinas obrigatórias que abordem as necessidades especiais e as formas de trabalhar com este alunado, e nem prepara os pedagogos para lidar com a realidade hospitalar. Geralmente, os cursos de Pedagogia dispõem apenas de uma disciplina obrigatória que aborda a Educação Especial, o que não garante que o futuro professor tenha suas necessidades atendidas quanto às formas de trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais. No caso do professor de Classe Hospitalar, apenas a formação acadêmica não daria conta de preparar os pedagogos para lidar com a realidade hospitalar (MENEZES, 2004).

Como, então, dar conta da formação do professor para atuação na Classe Hospitalar? O objetivo deste artigo é discutir a necessidade da formação em Educação Especial, como aponta a legislação, para a atuação do professor na Classe Hospitalar. Para tanto, o estudo buscou analisar e discutir a pertinência ou não dessa formação na atuação profissional no hospital.

Método

A presente pesquisa trata-se de uma investigação de natureza qualitativa, com fundamentação fenomenológica baseada na proposta de Martins e Bicudo (2005). Estes autores ressaltam que obter as falas dos participantes na pesquisa fenomenológica, por meio de entrevistas, possibilita obter descrições consistentes do fenômeno investigado. Então, o pesquisador realiza a análise compreensiva baseada em procedimentos interpretativos a partir do discurso dos participantes (MARTINS; BUCUDO, 2005).

Participantes

Participaram deste estudo duas professoras que atuam em Classe Hospitalar, aqui chamadas por nomes fictícios, Ana Maria e Emília. As professoras são pedagogas habilitadas em Educação Especial, comissionadas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, vinculadas a uma escola estadual de Ensino Fundamental, pertencente à Diretoria Regional de Ensino de uma cidade do interior de São Paulo, próxima ao hospital onde realizam o trabalho na Classe Hospitalar.

Procedimento

Após encaminhamento ao Comitê de Ética, os dados foram coletados por meio de entrevista, sendo gravadas e transcritas para análise compreensiva dos discursos. As transcrições foram submetidas ao processo de textualização que, segundo Caiado (2003), é a transformação da entrevista transcrita num depoimento, é a construção de um relato escrito a partir de um discurso oral.

Após a textualização das entrevistas, foi marcado um novo encontro com as professoras, no qual lhes foi apresentado os depoimentos. Este procedimento confere fidelidade à voz do entrevistado ao solicitar-lhe que faça uma leitura do texto final que o pesquisador elaborou a partir da entrevista transcrita. Com essa leitura, as professoras tiveram liberdade para propor alterações que pudessem ser incorporadas aos dados da pesquisa (CAIADO, 2003). A partir disso, seguiu-se o procedimento da pesquisa de fundamentação fenomenológica, proposto por Martins e Bicudo (2005).

A partir dos depoimentos obtidos, a análise compreensiva foi realizada por meio da leitura geral do material, a fim de compreender como o sujeito descreveu o fenômeno estudado. Posteriormente, foi realizada uma leitura atenta do material descritivo, quantas vezes foram necessárias, até que a fala do sujeito, relacionada ao objetivo da pesquisa, emergisse, possibilitando a apreensão das unidades de significado. Cada unidade de significado foi transformada, mediante um trabalho reflexivo, em discurso científico pelas pesquisadoras, que buscaram encontrar as convergências e divergências entre as unidades de significado, construindo, a partir de então, as categorias temáticas. Por fim, as pesquisadoras articularam uma compreensão a partir das categorias temáticas, realizando uma descrição consistente da estrutura do fenômeno estudado (MARTINS; BICUDO, 2005).

Resultados e discussões

A legislação prevê que o professor de Classe Hospitalar deverá ter a formação pedagógica em Educação Especial ou em cursos de Pedagogia ou licenciaturas (BRASIL, 2001a; 2002). Nas trajetórias profissionais estudadas, tanto Ana Maria quanto Emília fizeram Magistério, Pedagogia e habilitações. Emília fez diversas habilitações, dentre estas em Educação Especial; teve variadas experiências profissionais, principalmente no ensino regular. Já Ana Maria fez uma única habilitação, em Educação Especial, com foco na deficiência mental, e pautou toda sua experiência profissional em classes e escolas especiais.

Fiz o Magistério e logo já comecei a fazer Pedagogia. Quando me formei saiu habilitação de administração, depois fiz outras habilitações como orientação educacional, supervisão, magistério no 1º e 2º grau. [...] Já tive experiências em todas as séries, porque fui professora e também supervisionava estágio do Magistério, trabalhei de 1ª a 4ª série, pré-escola. Mudei de cidade e continuei trabalhando de 1ª a 4ª, então iniciei o atendimento pedagógico hospitalar e estou até hoje. (Emília)

Bom, fiz o curso básico de Magistério, depois a faculdade de Pedagogia, com habilitação plena que significa que tem todos os componentes curriculares. [...] Na verdade, a deficiência mental é a minha habilitação na área de Educação Especial, e onde eu sempre trabalhei até vir pra Classe Hospitalar. (Ana Maria)

Embora tenham trilhado caminhos diferentes de atuação no início de suas trajetórias profissionais, as professoras faziam parte do *corpus* de professores da rede estadual de ensino e, por serem habilitadas em Educação Especial, foram selecionadas a adentrarem na Classe Hospitalar. Esta era uma exigência, pautada na legislação, para a seleção de professores para atuação em Classe Hospitalar.

[...] A supervisora me perguntou se eu não tinha interesse (na Classe Hospitalar), porque estavam analisando todos os professores da rede dentro da área de Educação Especial. [...] Elas disseram que acreditavam que eu tinha o perfil. (Ana Maria)

Ana Maria aponta sua formação, pedagoga habilitada em Educação Especial, como parte da exigência que a legislação propõe e o que determinava o perfil que acreditava ter o professor para atuação na Classe Hospitalar. Parece que o perfil profissional desejado para professor de Classe Hospitalar estava delimitado a partir da habilitação em Educação Especial exigida pela lei. Mas apenas a habilitação em Educação Especial era capaz de formar o professor para atuar na Classe Hospitalar?

Com base nas entrevistas, foi possível perceber que Ana Maria, embora tivesse toda sua experiência profissional pautada na Educação Especial, diferentemente de Emília, que teve experiências diversificadas, foi a que mais sentiu dificuldades no início do seu trabalho na Classe Hospitalar.

[...] A única coisa é que tive que me adequar àquela nova realidade, uma sala de aula dentro do hospital, crianças que vão chegando, cada uma tem um caso, diagnósticos diferentes. [...] Quanto ao pedagógico, eu não encontrei dificuldade no início do meu trabalho com a Classe Hospitalar porque eu já tinha experiência de todas as séries. (Emília)

Quando cheguei à Classe Hospitalar me deparei com vários diferencas. O primeiro é que eu fui atuar com crianças normais, teoricamente normais, porém impossibilitadas, que tinham uma limitação por estarem internadas. Segundo, eu trabalhava com classe especial e você trabalha com a base da alfabetização. No hospital fui trabalhar com crianças de 1ª a 8ª série, com todos os componentes curriculares. O terceiro diferencial é que eu trabalhava na escola especial e estava acostumada a trabalhar num ambiente que muitas vezes tem um sofrimento, uma angústia, devido à deficiência, devido à demora da aprendizagem desse aluno. (Ana Maria)

Dessa forma, é possível evidenciar que apenas a habilitação, especialização ou experiência em Educação Especial não é suficiente para formar o professor para atuação em Classe Hospitalar. Se assim fosse, poderia ser Emília, que não tinha ampla experiência em Educação Especial como Ana Maria, a

sentir maior dificuldade. Ao contrário, por ter uma experiência profissional diversificada no ensino regular, tendo lecionado a alunos de diferentes idades e séries, Emília diz que não sentiu dificuldade no trabalho pedagógico na Classe Hospitalar.

Há que se discutir, então, a exigência da legislação sobre a necessidade de formação em Educação Especial para atuação na Classe Hospitalar. O Conselho Nacional de Educação, no documento Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001a), aponta que o trabalho em Classe Hospitalar deva ser desenvolvido por pedagogos com habilitação em Educação Especial.

Já no documento *Classe Hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações* (BRASIL, 2002), diz que o professor que atua nas Classes Hospitalares deverá ter formação pedagógica preferencialmente em Educação Especial ou em cursos de Pedagogia ou licenciaturas e receber capacitação sobre doenças e condições biopsicossociais vivenciadas pelos alunos. Este segundo documento amplia a formação necessária, por considerar a formação *preferencialmente* em Educação Especial, diferente do primeiro, que afirma a necessidade do pedagogo habilitado. Além disso, este documento inclui que o professor possa ser tanto pedagogo quanto licenciado, mas que receba capacitação sobre condições de saúde que possa encontrar em seus alunos no ambiente hospitalar.

E apenas capacitar sobre condições de saúde é suficiente para formar o professor de Classe Hospitalar? E como garantir que o professor tenha os conhecimentos pedagógicos necessários para o ensino em ambiente hospitalar, se a legislação abre a possibilidade de ser o professor licenciado em qualquer curso de graduação?

Essas questões passam pela formação inicial do professor que irá atuar em Classe Hospitalar. É possível considerar que os cursos de licenciatura, de forma geral, preparam o professor para atuação pedagógica no hospital? Talvez o curso de Pedagogia também não abarque questões pedagógicas do âmbito hospitalar, no entanto, aborda o que é do campo de atuação do pedagogo, que é a reflexão sobre o papel do professor e o compromisso com a aprendizagem do aluno, sendo uma formação totalmente voltada para a atuação pedagógica.

É possível pensar que esta formação inicial em Pedagogia, para as professoras entrevistadas, não tenha dado conta dos conhecimentos requeridos para a atuação pedagógica no ambiente hospitalar, em relação aos conhecimentos sobre condições de saúde. Porém, o curso de Pedagogia forma o professor e dá-lhe o respaldo para que saiba como articular as estratégias de ensino-aprendizagem em sua atuação pedagógica, mesmo que o espaço educacional seja o hospital, e não a escola.

As professoras entrevistadas definem o pedagogo como um profissional preocupado com a formação do ser humano, o que indica comprometimento dessas professoras com a Educação das crianças hospitalizadas.

Quando você vai fazer a Pedagogia e vai atuar numa escola você imagina aquela menininha de sete anos, o que será que ela vai ser no futuro, será que um dia eu vou conseguir entregar um diploma para um aluno... Então, essa é uma formação para vida. (Ana Maria)

Nós, como pedagogas, somos pessoas comprometidas com o trabalho pedagógico educacional com as crianças hospitalizadas. (Emília)

Atualmente, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia (BRASIL, 2006), e a extinção das habilitações, não é mais possível fornecer a habilitação em Educação Especial conforme a lei requer, então a formação do professor para atuação em Classe Hospitalar deverá procurar outros caminhos. E um destes caminhos é a formação continuada.

A partir da extinção das habilitações, a formação em Educação Especial, em caráter de formação continuada, poderia ser abarcada com especialização *latu sensu*? Para esta pergunta, não há respostas na literatura. As professoras indicaram que há a necessidade de buscar melhorias na formação continuada, e o fazem como podem, visto que não há a caracterização do que é preciso para o professor atuar em Classe Hospitalar:

[...] Foi aí que descobrimos a continuidade do atendimento pedagógico domiciliar, que até então a gente não conhecia e no Estado ninguém conhecia. [...] E começamos a mandar com a alta das crianças uma solicitação junto com a lei para as escolas. Fomos aperfeiçoando o trabalho em si. E, ao mesmo tempo, fazendo tudo isso, fomos nos capacitando e adquirindo alguns conhecimentos importantes para nossa atuação. (Ana Maria)

Se há a necessidade de capacitação, então seria mais que um aprofundamento em Educação Especial, pois apenas isto parece não ser o requerido para atuação na Classe Hospitalar, na prática. Apenas uma formação em Educação Especial parece não abranger as necessidades do professor de Classe Hospitalar, pois, geralmente, os conhecimentos em Educação Especial em cursos e capacitações focam a questão da deficiência – visual, auditiva, física, mental (SOUZA, 2005) – e não possibilitam abranger outras necessidades educacionais especiais, como as da criança hospitalizada.

Embora o saber pedagógico seja de estrita importância para a atuação em Classe Hospitalar, os conhecimentos voltados para atender crianças num contexto hospitalar transcendem os conhecimentos dos processos de ensino-aprendizagem. É preciso saberes que envolvam outras áreas, especial-

mente da saúde, como a Medicina e a Psicologia, para que o olhar para a criança hospitalizada seja integral – nos aspectos educacionais, da saúde, do desenvolvimento biopsicossocial. O atendimento educacional à criança hospitalizada deveria ter conhecimentos multidisciplinares para que fosse possível atender sua integralidade.

A continuidade do trabalho no hospital requer uma avaliação do processo que vem sendo desenvolvido e que precisa ser repensado. As professoras relatam que, mesmo após anos de experiências na Classe Hospitalar, ainda há necessidade de reavaliar o trabalho pedagógico desenvolvido e manter a consciência de que precisam sempre buscar novos conhecimentos para potencializar sua atuação na aprendizagem do aluno. E este compromisso com a aprendizagem do aluno-paciente configura a abertura para esta possibilidade de atuação do pedagogo na Classe Hospitalar.

Algumas considerações

Historicamente, a formação de professores com habilitação em Educação Especial no curso de Pedagogia tem por função preparar professores para atuarem com alunos com deficiências. Além disso, há uma vinculação histórica da Educação Especial à área da saúde, numa vertente médica e psicológica, o que implica na orientação dada à formação docente para atuação com alunos deficientes. Portanto, a formação de professores mantém estas marcas históricas que impregnam os currículos dos cursos de Pedagogia e, provavelmente, esta formação centrada nas questões da deficiência não abrangeria as demandas ligadas às necessidades especiais de crianças hospitalizadas.

Embora os conhecimentos da Psicologia e da Medicina sejam úteis ao professor que vai atuar em Classe Hospitalar, as especificidades focadas na questão da deficiência possivelmente não respondem à demanda dos alunos hospitalizados. Portanto, é possível apontar um descompasso entre o perfil do pedagogo para atuação em Classe Hospitalar sugerido pela legislação, que pede a habilitação em Educação Especial, e a necessidade real que este profissional precisa para atuação no ambiente hospitalar.

Muito mais do que possuir uma habilitação em Educação Especial, o professor de Classe Hospitalar deve contribuir para a continuidade escolar das crianças doentes e também minimizar sequelas psicossociais decorrentes do adoecimento. O papel do professor que atua em Classe Hospitalar seria um elo entre o hospital e a vida cotidiana da criança internada. Para tanto, requer capacitação necessária para tal empreendimento.

O estudo mostrou que há a necessidade de mais pesquisas referentes à formação de professores, seja inicial ou continuada, para atuação em Classe Hospitalar, pois os cursos de Pedagogia parecem não abranger a complexidade desta formação nos anos iniciais da graduação, havendo a necessidade de busca por formação continuada pelos professores que tem a oportunidade

de adentrar na realidade hospitalar. E, no ambiente hospitalar, onde a diversidade está presente de forma incisiva, há uma infinidade de patologias, com tempos e espaços diferenciados de atuação pedagógica, além de crianças e adolescentes de idades variadas, possivelmente em etapas diferentes do conhecimento, com dificuldades em escalas diversas; é preciso que haja mais investimentos em formação continuada.

O trabalho do pedagogo no ambiente hospitalar seria o de buscar condições educacionais comuns ao estudante do ensino regular. Assim, cabe, em sua formação, conhecimentos específicos sobre o impacto psicossocial da hospitalização prolongada para o aluno-paciente, sobre as limitações biológicas e cognitivas inerentes a diferentes quadros de enfermidades e sobre as consequentes condutas necessárias ao pedagogo para que possa atingir seus objetivos com êxito. E, ainda, conhecimentos da área da Educação.

Refletir sobre a atuação do pedagogo no hospital e a formação exigida pela legislação em Educação Especial parece ser uma discussão bastante delicada. Embora grande parte dos professores de Classe Hospitalar possua formação em nível de pós-graduação na área educacional (FONSECA, 1999), a formação continuada em serviço é o que tem assegurado um nível de qualidade crescente nessa modalidade de atendimento pedagógico, uma vez que não existe um curso, reconhecido pelo MEC, voltado para a profissionalização de pedagogos para atuação em Classes Hospitalares.

A pretensão deste estudo foi a de contribuir para que haja discussões em torno da formação profissional de pedagogos que atuam em Classe Hospitalar, buscando-se as reais necessidades de sua formação para atuação no ambiente hospitalar, quer na graduação quer na formação continuada, já que há que se discutir que a Educação Especial, como vem sendo posta nos cursos de formação, não tem fornecido os saberes necessários para atuação no ambiente hospitalar. De qualquer forma, a expectativa foi que este estudo tenha levantado indagações que possam auxiliar na compreensão dos caminhos que o pedagogo pode traçar até o hospital, qual o perfil requerido para essa atuação e como buscar dar continuidade à sua formação profissional nessa área, sem esquecer-se da importância de uma formação inicial que dê conta da atuação pedagógica necessária à função.

Referências

ASSIS, W. **Classe hospitalar**: um olhar pedagógico singular. São Paulo: Phorte, 2009, 144p.

BARROS, A. S. S.; SANTOS, R. M. Percepções dos professores de Educação Especial acerca das crianças e adolescentes hospitalizados. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3., São Carlos, **Anais...** 2008. Universidade Federal de São Carlos.

BERGAMO, M. G; SILVA, D. M.; MOREIRA, G. M. Pedagogia hospitalar: perspectivas para o trabalho do professor. n: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDU-

CAÇÃO ESPECIAL, 3., São Carlos, **Anais...** 2008. Universidade Federal de São Carlos.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Resolução CNE/CBE n. 17** de 03/07/2001. Diário Oficial da União, Seção 1 de 17/08/2001, p.46. Brasília: Imprensa Oficial, 2001a.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. **Lei n. 10.172** de 09 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2008. Brasília, 2001b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar**: estratégias e orientações. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia, licenciatura. **Resolução CNE/CP n. 1** de 15/05/2006. Diário Oficial da União, Seção 1 de 16/05/2006, pp.11. Brasília: Imprensa Oficial, 2006.

CAIADO, M. R. M. Depoimentos orais: a construção metodológica. In: _____. **Aluno deficiente visual na escola**: lembranças e depoimentos. Campinas: PUC Campinas, 2003. p. 41-54.

CAPELLINI, V. L. M.; RODRIGUES, O. M. P. R. Concepção de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. **Educação**, Porto Alegre, v.32, n. 3, p. 355-364, 2009.

FONSECA, E. S. A situação brasileira do atendimento pedagógico-educacional hospitalar. **Educação e Pesquisa**, v. 25, n. 1, 1999, p. 117-129.

GONZÁLEZ, E.; GONZÁLEZ, C. Classes Hospitalares. In: GONZÁLEZ, E. (Coord.). **Necessidades educacionais específicas**: intervenção psicoeducacional. (Trad. D. V. Moraes). Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 344-369.

MARTINS, J.; BICUDO, M. **A pesquisa qualitativa em psicologia**: fundamento e recursos básicos. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2005.110p.

MAZER, S. M. **Classe Hospitalar como possibilidade de atuação do pedagogo**: compreendendo trajetórias profissionais de professoras. 2009. 103f. Graduação (Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso Curso de Pedagogia)–Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

MENEZES, C. V. A. **A necessidade da formação do pedagogo para atuar em ambiente hospitalar**: um estudo de caso em enfermarias pediátricas do Hospital de Clínicas da UFPR. 2004. 131f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

PAULA, E. M. A. T. A educação como proteção integral para crianças e adolescentes hospitalizados. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIENCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra, Portugal. **Resumos...** 2004. p. 1-17. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ErciliadePaula.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2009.

SOUZA, P. M. **A formação do pedagogo, considerando-se a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, na Educação Infantil.** 2005. 92f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia)– Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

Correspondência

Sheila Maria Mazer – Rua Umbú, 201. Bairro Jardim Recreio. 14040-110. Ribeirão Preto, São Paulo.

E-mail: sheilamazer@hotmail.com – ltinos@ffclrp.usp.br

Recebido em 15 de julho de 2011

Aprovado em 04 de outubro de 2011